

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL A PARTIR DO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA: o estudo de caso da cana-de-açúcar¹

LA TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGOCIO EN BRASIL A PARTIR DEL PROCESO DE EXTRANJERIZACIÓN DE LA TIERRA: el estudio de caso de la caña de azúcar

Lorena Izá Pereira²

RESUMO: A estrangeirização é analisada como um processo que ocorre em todo o mundo, especialmente para países da África e da América Latina, pois possuem terras disponíveis a preços baixos, legislação flexível e ineficiente o controle do Estado. Ao abordar esta corrida mundial por terras em pleno século XXI, é necessário discutir questões referentes aos agrocombustíveis e a agroenergia, uma vez que são estes que definem a atual fase da estrangeirização da terra no Brasil. Desde o início do século XXI ocorre uma intensificação do processo territorialização do agronegócio transnacional na cana-de-açúcar no Brasil. Em 2006, apenas 3% da produção de açúcar e etanol no Brasil era de responsabilidade das empresas transnacionais, já em 2014 o capital transnacional foi o responsável por 33% da produção de açúcar e etanol, um aumento enorme em um curto período tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; cana-de-açúcar; agrocombustíveis; empresas transnacionais; estrangeirização da terra.

RESUMEN: Lo acaparamiento es analizada como un proceso que ocurre a escala mundial, especialmente a los países de África y América Latina, que tienen precios bajos, la

¹ Resultado do trabalho de conclusão de curso em Geografia intitulado “O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP)”, realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (FCT/UNESP) sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Correio eletrônico: lorena.izap@gmail.com.

legislación flexibles, ineficaz control del Estado y también tienen grandes extensiones de tierras, con suelos fértiles y una alta disponibilidad de los recursos hídricos. Al abordar del acaparamiento de la tierra em el siglo XXI es necesario hablar sobre el tema de los biocombustibles y la bioenergía, ya que son éstos los que definen la fase actual del acaparamiento de la tierra en Brasil. Desde el comienzo del siglo XXI ocurre una intensificación del proceso de territorialización de la agroindustria de caña de azúcar en Brasil. En 2006 sólo el 3% de la producción de azúcar y etanol en Brasil fue la responsabilidad de las empresas extranjeras en 2014 el capital extranjero representa em la actualidad el 33% de la producción de azúcar y etanol, un enorme aumento em un corto período de tempo.

PALABRAS-CLAVE: Agronegocio; caña de azúcar; agro combustibles; empresas transnacionales; extranjerización de la tierra.

INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto de reflexões iniciadas no trabalho de conclusão de curso de geografia intitulado *O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP)*³, cujo objetivo foi analisar processo de estrangeirização através da empresa transnacional Umoe Bioenergy, de capital fechado norueguês e que possui plantas agroprocessadoras no município de Sandovalina e fazendo limite com o Assentamento Guarani, no qual a usina causa muitos impactos negativos. Diante das inquietações surgidas durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, o objetivo do presente artigo é apresentar uma reflexão sobre o processo de estrangeirização da terra no Brasil considerando o setor sucroalcooleiro, uma vez que o aumento da estrangeirização da terra no século XXI ocorre justamente a partir da mudança da matriz energética (FERNANDES, 2011).

Desde o início do século XXI, vivemos um período de intensificação na disputa mundial por terras, que aqui intitulamos de *estrangeirização da terra*. A estrangeirização é analisada como um processo que ocorre em escala global, com destaque para países da África e da América Latina, principais alvos da atual disputa mundial por terras, pois além da terra apresentar baixos preços e legislação com lacunas e ineficaz fiscalização do Estado

³ Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente.

(sobretudo no quesito da legislação ambiental e trabalhista), também possuem vastas extensões de terras agricultáveis, com solos férteis e alta disponibilidade de recursos hídricos. Ao abordar a estrangeirização da terra no século XXI é necessário dissertar sobre a questão dos agrocombustíveis e agroenergia, uma vez que são estes que definem a atual fase da estrangeirização da terra no Brasil. Na década de 1970 ocorreu o primeiro incentivo para a produção de álcool através do cultivo de cana-de-açúcar, com a política do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL).

A partir dos anos 2000 este interesse novamente acentuou-se e capitais estrangeiros passaram a ver no Brasil uma ótima oportunidade para a instalação de novas usinas ou via compra de antigas plantas agroprocessadoras que foram implantadas no período do PROALCOOL, mas que estavam desativadas. Este processo é o que ocorre em várias empresas, como a da Umoe *Bioenergy*. A referida empresa possui capital fechado norueguês e se territorializou no Brasil no ano de 2004, no município de Narandiba, extremo oeste do estado de São Paulo, através da compra de uma unidade agroprocessadora instalada no período do PROALCOOL e que posteriormente foi desativada (PEREIRA, 2015).

Para atingir o objetivo, este trabalho está dividido em três partes. Primeiramente, será exposta a metodologia de construção do artigo, evidenciando como chegamos as considerações aqui apresentadas. Em seguida abordaremos a territorialização do agronegócio a partir do cultivo de cana-de-açúcar no Brasil, evidenciando o papel do Estado, sobretudo o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), lançado em 1975 pelo governo federal. Em um terceiro momento será trabalhado o processo de estrangeirização da terra relacionando-o com a intensificação da territorialização da cana-de-açúcar. Enfatizamos que embora o objetivo do artigo seja expor sobre a territorialização do capital estrangeiro a partir da cana-de-açúcar no Brasil, acabamos por realçar mais o estado de São Paulo. Isso se deve ao fato de São Paulo ser a unidade da federação que apresenta a maior produção da *commodity* no país.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos traçados utilizamos diferentes procedimentos metodológicos. Primeiramente realizamos um levantamento bibliográfico a respeito da estrangeirização da terra e da territorialização da cana-de-açúcar no Brasil, ressaltamos que no caso da estrangeirização da terra, as publicações de pesquisas brasileiras ainda são bastante restritas, logo, optamos por utilizar referências estrangeiras, onde o debate está

mais avançado. Sobre os dados quantitativos, utilizamos três fontes distintas: *LandMatrix*, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA).

O *LandMatrix*⁴ se constitui como iniciativa independente de monitoramento do processo de estrangeirização da terra em escala global. Apesar dos dados do *LandMatrix* serem alterados com frequência e serem incertos, são importantes informações a respeito de um processo que emergem a nível mundial. Já a CONAB⁵ é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com atividades desde 1991, com o objetivo de atuar em políticas públicas de abastecimento no país. Neste trabalho utilizamos dados da CONAB sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil.

O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) é um banco de dados elaborado e atualizado anualmente pela Rede DATALUTA⁶. O referido banco de dados está organizado em seis categorias de pesquisa: assentamentos rurais, estrangeirização da terra, estrutura fundiária, manifestações do campo; movimentos socioterritoriais e ocupações de terra. Dentre estas categorias, selecionamos os dados referentes a estrangeirização da terra, que tem como objetivo cadastrar empresas estrangeiras que se apropriam de terras brasileiras, buscando informações como: *commodities* produzidas por tais empresas, origem do capital e conflitos causados pela territorialização das mesmas.

TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL

A cana-de-açúcar está territorializada no Brasil desde a constituição do país enquanto colônia de Portugal. De acordo com Prado Júnior (1996) a cana-de-açúcar

⁴ *LandMatrix*. Disponível em: <<http://www.landmatrix.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

⁵ Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

⁶ A Rede DATALUTA é uma articulação de pesquisadores e grupos de pesquisa com um projeto em comum, neste caso, o DATALUTA. Atualmente a Rede é composta por treze grupos de pesquisa em diferentes unidades da federação, sendo: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da FCT/UNESP - SP; Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU - MG); Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - PR); Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - RS); Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT - MT); Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB - PB); Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR), da Universidade Federal do Sergipe (UFS - SE); Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES - ES); Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território (GEGATE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG - PR); GEOMUNDI, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), da UNESP, campus Rio Claro - SP; Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN), do Instituto de Biociências da UNESP, campus de São Vicente - SP; Núcleo de Estudos Territoriais (NATERRA), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM - MG); Laboratório de Estudos Regionais e Agrários no Sul e Sudeste do Pará (LERASSP), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA - PA).

constituía a *grande lavoura*⁷ que segundo o autor era o *nervo econômico da civilização*. Durante toda a história do Brasil, a cana protagonizou diversos ciclos econômicos e representou o momento de maior desenvolvimento econômico do país.

Ainda no século XX a cana-de-açúcar apresentava-se como uma cultura determinante para a economia brasileira. Devemos destacar que o Estado brasileiro exerceu importante papel na territorialização da cana-de-açúcar no Brasil, sobretudo em um período relativamente recente. Segundo Cubas (2012), os programas estatais são essenciais para a territorialização do agronegócio através da cana-de-açúcar no Brasil.

Os programas estatais para expansão da cana-de-açúcar tem sido eficazes nos intuitos que visam o crescimento econômico e a expansão dessa monocultura, contudo, cada vez mais estudos verificam a expropriação do trabalhador, violência física, psicológica e trabalhista contra os mesmos. Esses programas nos mostram sob o domínio de quem estamos, sob que território de governança e os desdobramentos dessa governabilidade na vida da sociedade em geral, mas dos camponeses especificamente (CUBAS, 2012, p. 202).

Uma importante política pública do governo federal corresponde ao Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), foi lançado em 1975 pelo governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979) e configurou o principal projeto de industrialização da agricultura do período. Neste momento o objetivo era a produção de fontes alternativas de produção de combustíveis devido às crises do petróleo em combinação com a intenção de industrialização do país.

Em 1975 criou-se o PROALCOOL. Esse programa teve como objetivo aumentar a produção de safras para a produção de agrocombustíveis bem como a capacidade de industrialização, visando a obtenção de álcool para a substituição da gasolina. Para isso foram oferecidos aos usineiros financiamentos tanto para a safra como para a industrialização, inclusive a ampliação e construção de novas destilarias e anexação em usinas já existentes. Os incentivos e o grande mercado consumidor fizeram com que o Estado de São Paulo se tornasse o maior produtor, no entanto essa expansão provocada pelo PROALCOOL e os incentivos estatais foi preocupante por causa da expansão concentradora da agricultura canaveira no estado, principalmente nas tradicionais áreas açucareiras e alcooleiras (Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Jau e Vale do Paranapanema). Essa realidade levou o governo de São Paulo, no ano de 1980, criar o Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo (PRÓ-OESTE). Esse plano tinha como objetivo deslocar recursos do CENAL para o Oeste do Estado de São Paulo, tendo como meta o equilíbrio econômico regional (GONÇALVES, 2011, p. 89).

⁷A grande lavoura segundo Prado Junior (1996) corresponde pelos ciclos econômicos e de produção que o Brasil teve ao longo de sua história, como pau-brasil, cana-de-açúcar e café.

Com o Programa Nacional do Álcool, aumentou-se a expressividade da cultura canavieira em todo Brasil, mas o estado de São Paulo foi o maior beneficiário do programa e obteve uma posição de destaque em relação aos demais estados, assim, foi grande o número de novas usinas instaladas.

Este programa destinou créditos subsidiados (a juros reais negativos) ao setor sucroalcooleiro no montante de aproximadamente 7 bilhões de dólares até 1990, com o objetivo de ampliar a produção de álcool, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino de cana-de-açúcar. Esta política gerou aumento da produtividade, da produção e da área plantada com cana principalmente na região Centro-Sul do Brasil (MENDONÇA; NAVARRO; PITTA; XAVIER, 2014, p. 14).

No que se refere à modernização da agricultura, Gonçalves Neto (1997) defende que o conceito de modernização é apoiado basicamente na criação e difusão de novas tecnologias para o aumento da produtividade. A partir dessa modernização há um estreitamento entre agricultura e indústria, o que é evidente com a criação dos Complexos Agroindustriais (CAI's) e do agronegócio, que é definido por Davis e Goldberg (1957) como um conjunto de sistemas que engloba diferentes esferas - agricultura, economia, indústria, mercado e demais. Como afirma Sorj (1986), os latifúndios caminham para a condição de modernas indústrias. Deste modo, a intensificação e expansão da cana-de-açúcar no Brasil ocorrem em conjunto a um processo de modernização impulsionada pelo Estado.

As novas usinas foram implantadas em todo o Brasil, porém muitas destas novas plantas industriais posteriormente foram desinstaladas/desativadas na década de 1980 e 1990 e foram reativadas a partir de 2003, quando ocorre a segunda fase do processo de expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, o qual estamos vivenciando atualmente. A segunda fase ocorre pelo interesse nos agrocombustíveis frente a possível escassez do petróleo e frente a uma crise ambiental. Novamente o Estado se faz presente através da criação de programas para a expansão desta, com o discurso de promotora do desenvolvimento.

Segundo Tercio (2006), o etanol ganhou no século XXI o status de "ouro branco", transformando-se em uma nova aposta econômica do Brasil, que atrai grandes investimentos estrangeiros para o país. Com essa nova expansão, usinas construídas no período do PROALCOOL e posteriormente abandonadas, foram gradativamente reativadas por grandes capitais, tanto nacionais quanto estrangeiros, este último graças às políticas neoliberais brasileiras.

A demanda cada vez mais crescente tem impulsionado o preço dos dois produtos e criado boas oportunidades de negócios. A euforia do setor

sucroalcooleiro decorre de vários fatores. Entre elas está o sucesso dos carros bicombustível e a possibilidade de o combustível ser adotado no mundo diante das preocupações ambientais e das incertezas em relação ao petróleo. Para completar o cenário otimista, o País espera conseguir alcançar o tão protegido mercado da União Europeia com o açúcar brasileiro (TERCIOTE, 2006, p. 02).

Há autores, como Mendonça; Pitta; Xavier e Navarro (2014), que afirmam que estamos vivenciando um terceiro momento na expansão da cana-de-açúcar, oriundo da crise de 2008 que gerou uma série de falências e fusões, principalmente a partir da safra de 2011/2012. No entanto, mesmo com esta crise, a área plantada de cana-de-açúcar foi elevada. Destacamos que a crise gerou a expansão da área plantada, mas reduziu-se a produtividade em toneladas por hectares, assim como a produção de açúcar e etanol.

O PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA A PARTIR DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Nesta nova fase da territorialização do agronegócio através da cana-de-açúcar no Brasil se insere um fator determinante: o interesse estrangeiro na apropriação de terras para a produção de agrocombustíveis a partir do cultivo de cana, o que denominamos de estrangeirização da terra. Assim há uma nova intensificação do capital transnacional neste setor, seja através da apropriação do território através da compra e/ou arrendamento de terras para o cultivo de cana, seja através da compra de unidades agroprocessadoras instaladas no período áureo do PROALCOOL e posteriormente desativadas. É justamente neste momento que o setor sucroalcooleiro deixa de ser um setor controlado por famílias latifundiárias tradicionais, transformando-se em um setor com forte presença do capital transnacional. Uma forma de observar isso é a aquisição de plantas agroprocessadoras desativas ou familiares pelo capital transnacional.

A estrangeirização da terra é processo que possui um intenso debate em torno de sua definição e componentes. Por isso selecionamos alguns autores de diferentes áreas do conhecimento para expor o que cada um compreende pelo processo de apropriação de terras por estrangeiros. Enfatizamos que o debate é intenso, havendo atualmente centenas de trabalhos publicados sobre o referido tema, sobretudo em idioma inglês. Os sociólogos Peluso e Lund (2011) utilizam o termo *land control* para se referir ao processo de apropriação de terras por estrangeiros. Segundo estes autores, há novas práticas que consolidam formas de acesso terra, uma recriação da governança da terra devido ao grande interesse de estruturas empresariais globais, a estrangeirização da terra não aumentou,

apenas possui novos mecanismos. Já o economista Deininger (2011) utiliza o termo *land rush*, para definir o interesse estrangeiro na posse da terra, considerando como algo antigo, mas que assume uma postura diferente recentemente. No entanto parte de uma perspectiva que o investimento estrangeiro em terras agrícolas é benéfico, elencando os benefícios do *land rush*, tais como: infraestrutura social, geração de emprego e postos de trabalho, permite o acesso ao mercado e tecnologias pelos agricultores locais, maior imposto local.

Borras e Franco (2010) usam o termo *land grabbing* como um novo ciclo de desapropriação promovido pelo capital, onde se expõe cada vez mais a necessidade da governança da terra. O *land grabbing* aumenta com a crise global em diversos âmbitos - financeiro, alimentar e energético. O geógrafo Fernandes (2011) utiliza o termo estrangeirização definindo este processo como uma nova característica da procura de novas áreas para a expansão da agricultura. Compreende que a estrangeirização está relacionada à crise de falta de alimentos e com o aumento do preço dos combustíveis. Um fator novo é que estamos vivendo um momento de mudança estrutural na produção de energia. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia e os países ricos estão adotando as estratégias imperialistas para se apropriar de territórios pela lógica do mercado.

Akram-Lodhi (2012), da economia política, utiliza o termo *land grabbing* como uma forma específica de aquisições de terras corporativa. O autor considera como *land grabbing* apenas aquisições de terra (compra, arrendamento) para fins agrícolas, assim, aquisição de terras para mineração ou indústria não se encaixa como *land grabbing*. Faz uma distinção entre os investimentos do setor financeiro, do setor industrial e agrícola, ou seja, há uma clara diferença entre o objetivo de cada setor ao adquirir terras. Para o setor que compra a terra para produção agrícola diretamente, a fraca governança da terra é essencial, mas para aqueles que investem indiretamente (fundos) não é tanto assim. A crise de alimentos não explica o *land grabbing*, até porque não há uma crise na produção de alimentos e sim uma crise no abastecimento. Há uma mudança na política agrária que reflete no *land grabbing*, neste caso o modelo financeiro atual permite investimentos de fundos na agricultura.

Por fim a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que possui uma definição mais quantitativa do processo. A FAO (2011) utiliza os termos *acaparamiento* e *land grabbing* como *aquisição* de terras por governos estrangeiros (diretamente e não através de uma terceira empresa) em um país anfitrião, são apenas considerados *acaparamiento* ou *land grabbing* se as aquisições de terra ultrapassarem 1.000 hectares e investimentos que gerem de fato um impacto negativo sobre a segurança alimentar do país. Seguindo essa definição na América Latina apenas no Brasil e a

Argentina sofrem com o processo. Reparem que a FAO utiliza o termo *aquisição*, não considerando a apropriações do território em que não haja necessariamente compra de terras.

Há ainda um debate se *land grabbing*, *acaparamiento* e estrangeirização da terra se referem ao mesmo processo. Borrás, Kay, Gómez e Wilkinson (2012) defendem que a estrangeirização da terra é um componente de um processo amplo de *land grabbing*. Contudo, defendemos a necessidade de utilizar uma terminologia de idioma português que de fato expresse o processo de apropriação de terras por estrangeiros, pois defendemos que não devemos importar conceitos, nem no que tange a sua nomenclatura, muito menos no que se refere a sua definição. Neste sentido, nos deparamos com a necessidade de construir a nossa própria reflexão sobre a apropriação de terras por estrangeiros. A partir disso, optar por utilizar o termo estrangeirização da terra.

Compreendemos por estrangeirização da terra a apropriação de terras por estrangeiros via compra, arrendamento e concessão⁸ em escala global, controlando não apenas as propriedades, mas também recursos naturais e minerais, afetando a soberania territorial, econômica e alimentar de diversos países (GLAUSER, 2009; FEODOROFF, 2013). A estrangeirização ocorre em todos os países do globo, estando concentradas em países da América Latina e África Subsaariana, pois apresentam baixo preço da terra, mão-de-obra barata e legislação ambiental e trabalhista maleáveis.

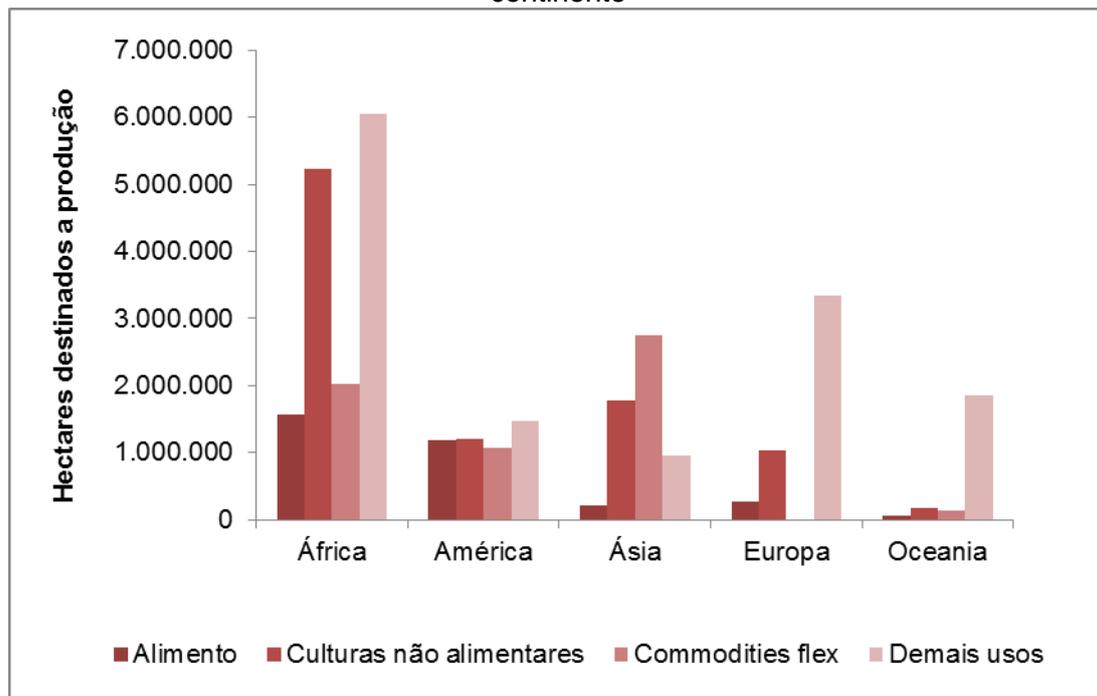
De acordo com o banco de dados do *LandMatrix* até o ano de 2014 cerca de 32.326.660 hectares de terra estavam envolvidos em transações, deste total 14.869.408 hectares no continente africano e 4.940.733 hectares no continente americano. Ainda em relação a este número de 32.326.600 hectares, destacamos que 3.276.950 (10,14%) são destinados a plantação de culturas alimentares; 9.391.950 hectares (29,05%) correspondem a culturas não alimentares; 5.982.792 hectares (18,51%) destinados à produção de *commodities flex* ou *flex crops*⁹, no qual está inserido o cultivo de cana-de-açúcar; 13.675.693 hectares (42,30%) para demais usos, como o caso de pastagens e florestas plantadas (Gráfico 01). Observado o gráfico abaixo torna-se evidente a relevância que o aumento no interesse na produção de agrocombustíveis possui para entender a atual corrida mundial por terra, uma vez que 18,51% de toda a quantidade de terra envolvida em

⁸ Um exemplo é o Moçambique, país em que a terra é estatal, logo, a apropriação do território se dá por concessão do Estado. Neste caso cada concessão é de cinquenta anos, sendo passível de renovação por mais cinquenta anos.

⁹ Correspondem aquelas *commodities* ou culturas com múltiplos usos - alimentação, ração animal, agroenergia e etc. - logo, difícil de quantificar e com alto valor agregado. Segundo Borrás Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), as *Commodities Flexíveis* solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores. A ascensão das *commodities flexíveis* está estreitamente relacionada com a financeirização da agricultura, porque os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos.

negociações até em 2014 teve como destino o cultivo de *commodities flex*, incluindo a cana-de-açúcar, superando inclusive a produção de culturas alimentares, que atingiu apenas 10,14%.

Gráfico 01: Quantidade de hectares destinados a produção de acordo com a categoria e continente



Fonte: LandMatrix (2015); Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

A estrangeirização da terra não é um processo exclusivo de nosso século, a própria colonização do Brasil pela *metrópole* portuguesa é considerada como estrangeirização. Compartilhamos a concepção de Sassen (2013), em que o processo de estrangeirização de terras é antigo atravessando séculos, mas possui diferentes fases e, em cada fase, os investimentos e os sujeitos se modificam de acordo com o movimento da realidade. A fase atual, segunda a autora, é marcada pelo agrocombustível, assim como argumenta Fernandes (2011), uma vez que há maior demanda de terra para produção de *commodities* geradoras de agrocombustíveis. É interessante destacar que grandes corporações e governos estrangeiros utilizam o crescimento populacional projetado para os próximos anos¹⁰ para justificar a corrida mundial por terras, ou seja, a estrangeirização como uma alternativa para garantir a segurança alimentar. Porém, mesmo com esta justificativa, temos a consciência de que o maior interesse ocorre para a produção de agrocombustível.

¹⁰Segundo a FAO (2009) a população mundial em 2050 será de nove bilhões de habitantes.

De acordo com Borrás, Franco e Wang (2012) *commodities* como soja, milho, cana-de-açúcar e silvicultura são nomeadas de “*Commodities Flex*”, pois apresentam flexibilidade e pode ser destinada para a produção de alimentos, ração animal e produção de agroenergia e agrocombustível. Por isso, tais *commodities* apresentam alto valor e interesse dos latifundiários e empresários do agronegócio. Segundo os mesmos autores, é difícil controlar o cultivo destas *commodities*, pois ora podem ser destinadas para alimentação, ora para a produção de agrocombustíveis.

A novidade do incipiente fenômeno da estrangeirização da terra pode ser entendida por pelo menos cinco pontos: 1) o agronegócio persiste com discurso de que poderia alimentar o mundo, mesmo frente as contínuas crises alimentares; 2) a crise do petróleo têm colocado em questão o futuro da produção de energia, fazendo com que governos e empresas invistam na terra para produzir agrocombustíveis; 3) a escassez de terras produtivas ou o fechamento da fronteira agrícola ou manutenção de reserva de terras agrícolas em países ricos e emergentes; 4) a existência de extensas áreas de terras não exploradas pela agricultura capitalista em países pobres; 5) disputas territoriais e de modelos de desenvolvimento da agricultura entre o agronegócio e campesinato são promotores e resultados do processo de estrangeirização. As interpretações e respostas para estas questões são construídas pelos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário (FERNANDES; GONÇALVES; WELCH, 2021, p. 51-52).

É relevante enfatizar que a estrangeirização da terra não ocorre apenas pelo cultivo de cana-de-açúcar, mas que esta *commodity* se tornou a locomotiva do processo de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Segundo dados do DATALUTA Estrangeirização, cerca de 40% dos investimentos agrícolas estrangeiros no Brasil estão diretamente relacionados com o setor sucroalcooleiro, seguidos pela produção de soja, milho e silvicultura.

Sem dúvidas os agrocombustíveis desempenham um papel crucial na estrangeirização de terras. O interesse em combustíveis renováveis e de fontes alternativas de energia é algo recente, causado pelo esgotamento gradual de reservas de petróleo, alta instabilidade de preço do petróleo no mercado internacional e também pela instabilidade política dos países produtores de petróleo. Assim, elevou-se o interesse pelos ditos agrocombustíveis. Os principais agrocombustíveis são oriundos de culturas como cana-de-açúcar e milho. O Brasil é um país propício para o desenvolvimento destas culturas, pois possui chuvas regulares, solos férteis, disponibilidade de mão-de-obra, tecnologia industrial para o processamento da cana e programas estatais que beneficiam as usinas. Assim, o Brasil tornou-se um grande produtor e exportador de *commodities* relacionadas ao agrocombustível.

O Brasil possui grandes extensões de terras agricultáveis e um clima tropical propício para produção dessas culturas, logo o *governo brasileiro aliado à elite rural brasileira e as transnacionais enxergaram nessas características um grande potencial para a inserção do país nesse mercado global em crescimento* (FERNANDES; GONÇALVES; WELCH, 2012, p, 55 - grifo nosso).

Deste modo, de acordo com Freitas (2013), este alto número de investimentos estrangeiros no setor sucroalcooleiro ocorre porque o Brasil apresenta vantagens comparativas para a produção do etanol.

Com amplas vantagens comparativas para a produção de biocombustíveis, observa-se que desde 2000 tem-se intensificado o número de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro brasileiro bem como a internacionalização do segmento com a entrada do capital estrangeiro. E não apenas. Verifica-se também a aquisição de terras por empresas estrangeiras para produção de biocombustíveis como também para a produção de alimentos (FREITAS, 2013, p. 365-366).

Com este interesse na produção de agrocombustíveis, emerge o debate de que esta produção intensa afetará e prejudicará a produção de alimentos. De acordo com Terán (2008, p. 352), naquele momento, os discursos sobre o tema destacaram que 429 milhões de hectares de terras cultiváveis poderão estar destinadas a produção de cultivos energéticos em 2050. Logo, há o debate de que a produção energética afetará a produção de alimentos, o que poderá gerar insegurança alimentar¹¹.

Ecologistas y humanistas están preocupados por una eventual asignación de tierras laborables para el cultivo de biomassa destinada a la producción en gran escala de combustibles. ¿Por qué? La experiencia histórica y la intuición política inducen a pensar que, en ausencia de una transformación efectiva de las relaciones sociales imperantes, la transición hacia una "economía de bajo contenido carbónico" podría fácilmente implicar la profundización de las inequidades entre los países y los grupos sociales. A nivel global o local, debido a las falencias de los sistemas internacionales para la gobernanza ambiental y económica, las acciones para reparar los comunes ambientales están reproduciendo la lógica del ajuste estructural neoliberal, esto es, están propiciando la reducción del consumo de los

¹¹ Neste ponto ressaltamos há um debate em torno da segurança alimentar, pois além da diminuição da área destinada a produção de alimentos, em 2009 a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) publicou o documento **Global agriculture towards 2050**, no qual faz uma projeção de 9 bilhões de habitantes para 2050. O cálculo 'mais bocas para alimentar e diminuição da área destinada para a produção de alimentos', fez com que governos estrangeiros passassem a investir na aquisição de terras para a produção de alimentos, como o caso do Qatar na Argentina. Porém, esta mesma situação possibilitou a emergência de discursos para justificar a aquisição de terras por estrangeiros, uma vez que há empresas que compram terras para a produção de soja ou cana-de-açúcar para produção de ração animal e etanol, respectivamente, utilizando o discurso de produzir alimentos. Outro exemplo nítido é a discussão recente acerca do Projeto de Lei 4.059/2012, que libera aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, quando a Banca Ruralista argumenta sobre o projeto a principal justificativa para a liberação é a produção de alimentos, contudo, sabemos que o interesse é a produção de monoculturas em larga escala para a exportação, como a soja, cana-de-açúcar e eucalipto.

pobres y los países no desarrollados para mantener la opulencia de unos pocos. En este contexto, la ansiedad sobre las tierras utilizables para la fabricación de etanol y diesel es legítima y entendible (TERÁN, 2008, p. 341).

Com a grande demanda, aumentou-se no Brasil a área plantada destas *commodities*, principalmente da cana-de-açúcar, que é a matéria-prima para a produção do etanol, o que resulta no investimento de empresas transnacionais do agronegócio no campo brasileiro. Além do mais, o governo brasileiro auxilia o aumento da produção destas culturas e a instalação destas transnacionais em território brasileiro, sempre o econômico em detrimento do social, como é evidente no Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB)¹².

As indústrias cobram do governo instalação de novas usinas e ampliação das existentes, para isso o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e seus agentes financeiros possuem uma carteira de R\$ 30 bilhões em financiamentos ao setor em operações diretas e indiretas para empresas de todos os portes em todas as regiões brasileiras. O que demonstra a intervenção do Estado no setor para garantir seu crescimento nos próximos anos. Além dos projetos e incentivos para a produção de etanol o governo brasileiro criou em 6 de dezembro de 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB), que visa a inclusão e desenvolvimento social a partir da participação da agricultura familiar na produção de culturas com característica camponesa como a mamona e o dendê para a produção de óleos combustíveis, que é misturado ao diesel em uma proporção de 3%, visando chegar a 5% em 2013. O resultado da inclusão da agricultura familiar é assegurado pelo Selo Combustível Social, um atrativo para as empresas comprar parte da matéria prima da agricultura familiar em troca de redução dos impostos. *Os resultados do PNPB se apresentam de forma tímida no setor social e com resultados relevantes no setor econômico* (FERNANDES; GONÇALVES; WELCH, 2012, p, 55 - grifo nosso).

Segundo Freitas (2013), no ano de 2008 a produção brasileira de etanol atingiu 25 bilhões de litros, três vezes mais do que o produzido no ano de 2003. Nota-se que este aumento ocorreu justamente no período de mais interesse estrangeiro na produção de cana-de-açúcar no Brasil. Segundo os dados da CONAB, na safra 2015/2016 foram destinados ao cultivo sucroalcooleiro 8,9 milhões de hectares, com maior concentração nos estados de São Paulo¹³, com 4.678.700 de hectares plantados - metade de toda produção do país - e

¹² O Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) é um programa interministerial do Governo Federal tem como objetivo a produção e uso do biocombustível, de maneira econômica e sustentável. Foi implantado em 2004 e em 13 de janeiro de 2005 foi publicada a Lei n 11.097 que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, altera Leis afins e dá outras providências. Informações retiradas do Ministério de Minas e Energia (MME). Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/programa>> Acesso em: 25 jan. 2014.

¹³ Segundo Cubas (2012, p. 205), entre 1990 e 2008¹³ cerca de 90% dos municípios produtores de cana-de-açúcar no estado de São Paulo mostram expansão desta. As regiões com maior expansão são Araçatuba e

produção de 350.645.200 toneladas, em segundo lugar o estado de Goiás, com 908.000 hectares destinados ao cultivo de cana-de-açúcar com produção de 71.326.700 toneladas e Minas Gerais com 811.200 hectares plantados e 62.425.000 toneladas produzidas, como expressa a Tabela 01. Dentro destes estados destacamos as regiões do Triângulo Mineiro (MG), centro-sul do estado de Goiás e oeste e noroeste paulista, como regiões onde tal cultivo tem maior expressão, expansão e causa maiores impactos.

Tabela 01: Área e produção de cana-de-açúcar no Brasil na safra 2015/2016.

| Região/UF | Área (em mil ha) | Produção (em mil toneladas) |
|---------------------|-------------------------|------------------------------------|
| Norte | 50,3 | 3.467,10 |
| Rondônia | 4,5 | 209,9 |
| Amazonas | 3,5 | 216,3 |
| Pará | 12 | 755,2 |
| Tocantins | 30,2 | 2.285,7 |
| Nordeste | 947 | 51.519,2 |
| Maranhão | 40,9 | 2.464,4 |
| Piauí | 13,5 | 952,1 |
| Ceará | 2,3 | 170,7 |
| Rio Grande do Norte | 57,8 | 2.708 |
| Paraíba | 126,7 | 6.097,4 |
| Pernambuco | 264 | 13.855 |
| Alagoas | 338,3 | 18.183,2 |
| Sergipe | 49,4 | 2.694,2 |
| Bahia | 57,2 | 4.394,2 |
| Centro-Oeste | 1.816,2 | 141.311,6 |
| Mato Grosso | 230,3 | 17.022,7 |
| Mato Grosso do Sul | 677,9 | 52.962,2 |
| Goiás | 908 | 71.326,7 |
| Sudeste | 5.584,9 | 417.486,4 |
| Minas Gerais | 811,2 | 62.425 |
| Espírito Santo | 60,7 | 3.175,3 |
| Rio de Janeiro | 34,3 | 1.240,9 |
| São Paulo | 4.678,7 | 350.645,2 |
| Sul | 597,2 | 44.917,5 |
| Paraná | 596 | 44.850,6 |
| Santa Catarina | - | - |
| Rio Grande do Sul | 1,2 | 66,9 |
| Total | 8.999,5 | 658.701,8 |

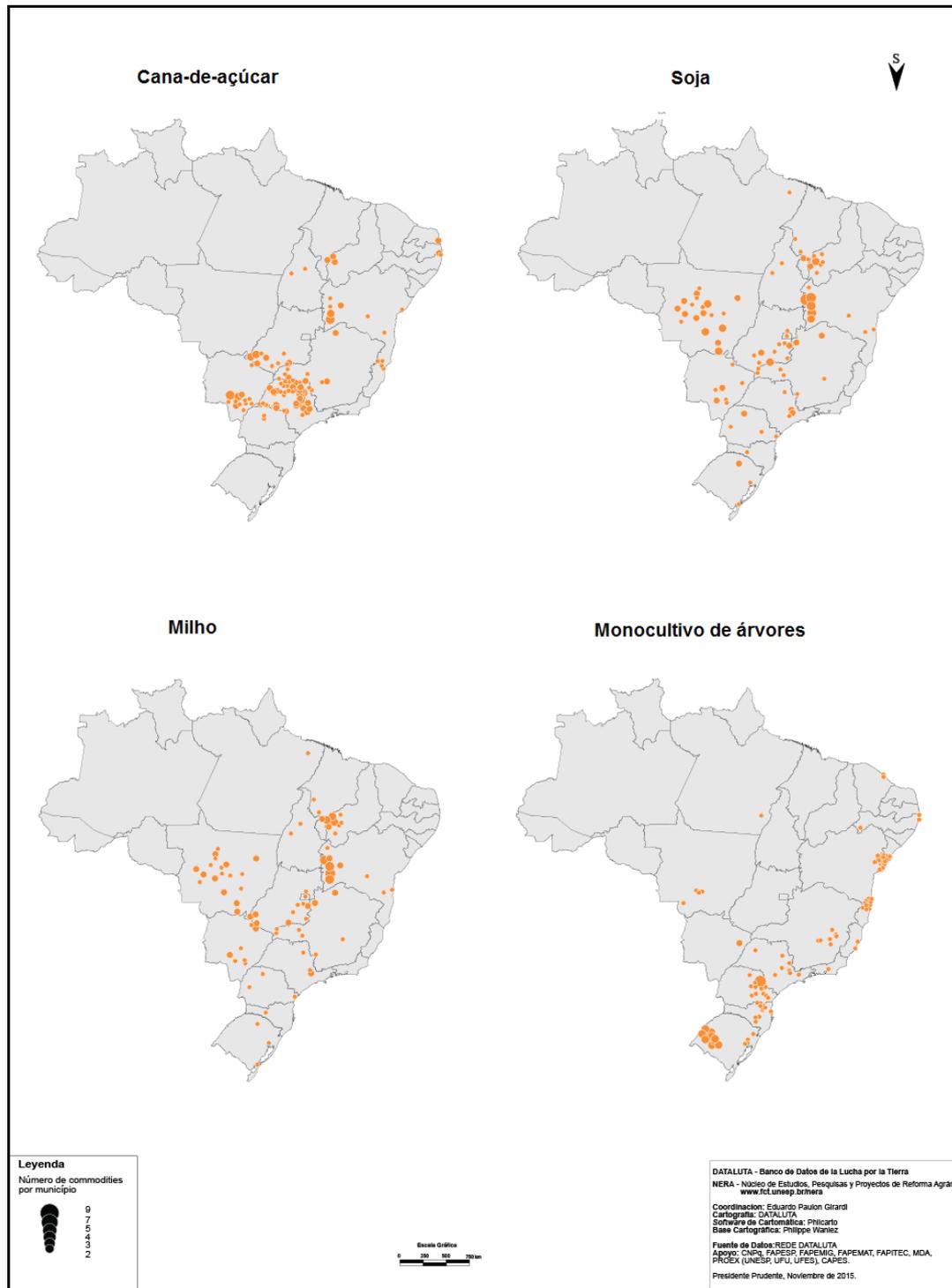
Fonte: CONAB (2015); Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

Presidente Prudente. Destacamos também que, entre 2003 e 2012 a produção tanto de açúcar como de etanol cresceu consideravelmente, 73.84% de crescimento na produção de açúcar e 64.45% da produção de etanol. Com esse aumento na produção de açúcar e etanol, a cana-de-açúcar passou a representar 44% de toda a agropecuária paulista. Esses dados evidenciam ainda mais a segunda expansão no estado de São Paulo.

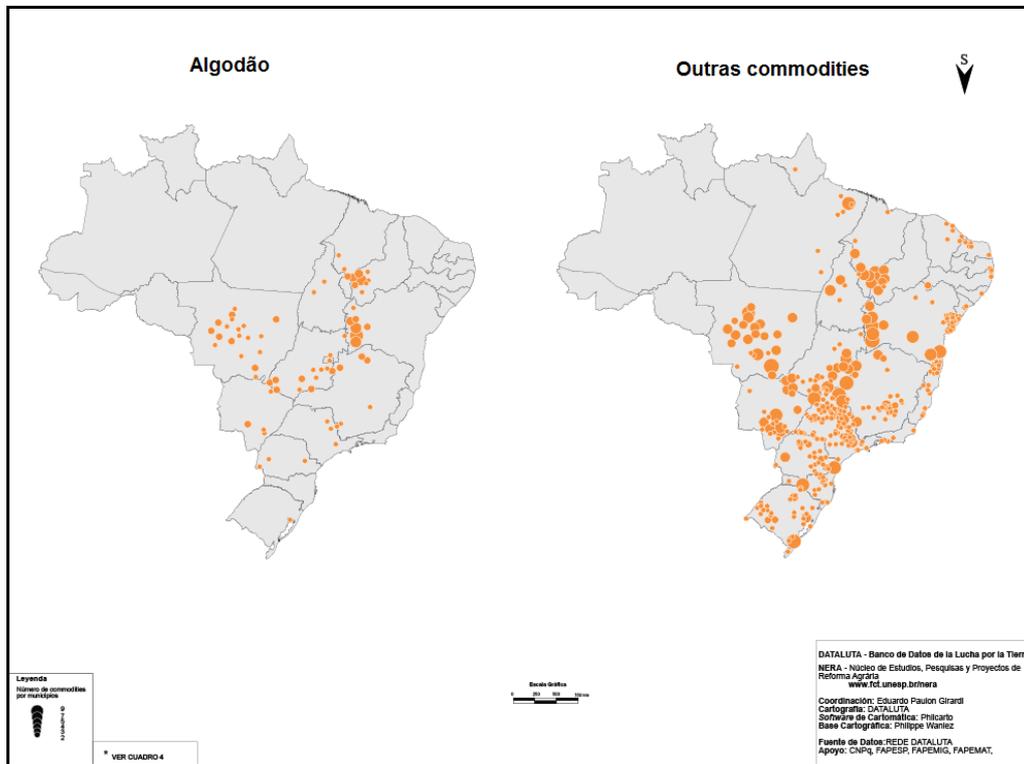
Destacamos os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que compõem a regionalização do MATOPIBA, que compreende 337 municípios de porções dos quatro estados, proposta pelo Grupo de Inteligência Territorial e Estratégica (GITE) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e aprovada através do Decreto nº 8.447 de 06 de maio de 2015. Esta regionalização tem como objetivo expandir a fronteira agrícola do Brasil, incentivando a territorialização do agronegócio nessa região, inclusive a *commodity* de cana-de-açúcar. Assim, destacamos a necessidade de um monitoramento da expansão da cana nesta região, pois é a região brasileira que apresenta maior interesse do capital estrangeiro.

No que tange a produção de cana-de-açúcar por grupos transnacionais no Brasil observamos que esta apresenta maior territorialização no estado de São Paulo, triângulo mineiro, sul do Mato Grosso do Sul e expansão para o sudoeste do estado da Bahia, região que compõe o MATOPIBA (Prancha 01 e 02). Tal intensificação ocorreu, sobretudo pela territorialização de grupos transnacionais como a Raízen, que é uma *joint venture* entre a brasileira de capital aberto Cosan e holandesa *Royal Dutch Shell* destinada apenas para a o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol.

Prancha 01: Brasil - Número de empresas do agronegócio com capital transnacional por commodity - 2014



Prancha 02: Brasil - Número de empresas do agronegócio com capital transnacional por commodity - 2014



Ainda no que se refere à cana-de-açúcar, destacamos que os capitais que possuem maior interesse na aquisição de terras para o cultivo desta commodity são oriundos de países como Estados Unidos da América (EUA), Japão, Reino Unido e Holanda. Os principais grupos estrangeiros atuantes neste setor começaram a adquirir terras no país em um período posterior a 2008¹⁴, como mostra o Quadro 01.

| Quadro 01: Principais empresas internacionais atuantes no setor sucroalcooleiro no Brasil (2015). | |
|--|--|
| Empresa | Descrição |
| ADECOAGRO ¹⁵ | Fundo formado por várias empresas e coordenado por George Soros. Comprou a usina Monte Alegre, em Minas Gerais no ano de 2006 - momento que marca a sua inserção no setor agroenergético brasileiro. Mais recentemente, em 2013, inaugurou uma unidade em Ivinhema, no |

¹⁴Com a crise financeira mundial em 2008 muitas usinas faliram e foram incorporadas a capitais estrangeiros.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.adecoagro.com/home.aspx>>. Acesso em: 07 set. 2015.

| | |
|--|---|
| | estado de Mato Grosso do Sul. |
| CARGILL ¹⁶ | Possui o controle majoritário da Companhia Energética do Vale do Sapucaí (Cevasa). Sua entrada no setor sucroenergético ocorre em 2006, com a aquisição de 64% do capital da Cevasa. Em meados de 2011 a empresa anunciou a constituição de um joint venture com o Grupo Usina São João (USJ). |
| BUNGE ¹⁷ | Sua inserção no ramo canavieiro do Brasil se inicia em 2007, com a adoção de uma estratégia de aquisições sequenciais de empresas já formadas. Atualmente controla oito unidades processadoras no Brasil, sendo: Frutal (MG), Itapagipe (MG), Orindiúva (SP), Ouroeste (SP), Pedro Afonso (TO), Ponta Porã (MS), Pontes Gestal (SP) e Santa Juliana (MG). |
| ETH ODEBRECHT ¹⁸ | Tal empresa é declarada como brasileira, porém a maior parte de seu capital é de origem estadunidense, britânica e japonesa. Atualmente possui nove unidades no Brasil, sendo: Alto Taquari (MT), Caçu (GO), Costa Rica (MS), Mineiros (GO), Mirante do Paranapanema (SP), Nova Alvorada do Sul (MS), Perolândia (GO) e Teodoro Sampaio (SP). |
| LDC (<i>Louis Dreyfus Commodities</i>) ¹⁹ | Uma das primeiras empresas estrangeiras que passa a atuar no setor canavieiro a partir do ano 2000. Controla 12 usinas da Biosev, segunda maior empresa do setor, com 7% da produção no Brasil. |
| SOJITZ ²⁰ | De origem japonesa, detém 30% do capital da ETH Bioenergia, empresa fundada em 2007 e de controle majoritário do grupo Odebrecht. Possui capacidade de processar 22 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, com nove usinas instaladas, sendo duas na região do Pontal do Paranapanema: ETH Alcídia, no município de Teodoro Sampaio e ETH Conquista do Pontal no município de Mirante do Paranapanema. |
| TEREOS ²¹ | Grupo francês que passa a atuar no setor agroenergético brasileiro em 2001, com a |

¹⁶ Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/>>. Acesso em: 07 set. 2015

¹⁷ Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/Default.aspx>>. Acesso em: 07 set. 2015.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.odebrechtagroindustrial.com/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.biosev.com/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²⁰ Disponível em: <<http://www.sojitz.com/en/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²¹ Disponível em: <<http://www.tereosinternacional.com.br/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

| | |
|--|---|
| | aquisição da empresa Açúcar Guarani, possuindo sete usinas no Brasil. Tal grupo atua na produção de etanol em parceria com a Petrobras e esta territorializada nos seguintes municípios: Bambuí (MG), Colina (SP), Guairá (SP), Guaraci (SP), Olímpia (SP), Pitangueiras (SP), Quirinópolis (GO), Severínia (SP) e Tanabi (SP). |
| COMANCHE CLEAN ENERGY ²² | Grupo formado por diversas empresas inglesas e estadunidenses, que não se identificam. Possui três usinas e duas destilarias de etanol em São Paulo e pretende construir uma usina no Maranhão. |
| INFINITY BIO-ENERGY ²³ | Grupo de 50 empresas, que inclui Merrill Lynch, Wellington Management, Stark Investments, Kidd & Company e Ranch Capital Investment. Possui quatro usinas e está construindo outras três, além de negociar compra de cinco usinas em funcionamento. |
| RAÍZEN ²⁴ | <i>Joint venture</i> entre a Cosan e Shell criada em 2008, destinada apenas para o cultivo de cana para a produção de etanol. |
| SHREE RENUKA SUGAR ²⁵ | Empresa de origem indiana, mas que recentemente vendeu parte de suas ações para a <i>trading Singapura Wilmar International</i> . Atualmente a empresa possui onze empresas, sendo sete na Índia e quatro no Brasil, localizadas nos municípios de Brejo Alegre (SP), Promissão (SP), São Miguel do Cambuí (PR) e São Pedro do Ivaí (PR). |
| NOBLE GRUPO ²⁶ | De origem de Singapura o grupo adquire terras no Brasil desde 2004. Possui quatro usinas no Brasil, todas no estado de São Paulo, nos municípios de Catanduva, Meridiano, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul. |
| Abengoa Bioenergy Co. ²⁷ | Grupo de origem espanhol criado em 1941 e que possui duas unidades no Brasil. |
| Fonte: DATALUTA Estrangeirização (2015); Org.: PEREIRA, L.I. (2015). | |

²² Disponível em: <<http://www.comanche.com.br/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²³ Disponível em: <<http://www.infinitybio.com.br/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²⁴ Disponível em: <<http://www.raizen.com/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²⁵ Disponível em: <<http://www.renukadobrasil.com.br/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²⁶ Disponível em: <<http://www.thisisnoble.com/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²⁷ Disponível em: <<http://www.abengobioenergy.com/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Observamos que a partir dos anos 2000, sobretudo após a crise de 2008 a presença do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro no Brasil aumentou consideravelmente. Talvez o exemplo mais evidente de tal fato seja que em 2006 apenas 3% da produção de açúcar e etanol no Brasil era responsabilidade de empresas estrangeiras, em 2014 o capital estrangeiro já é responsável por 33% de toda a produção de açúcar e etanol, uma enorme elevação em um curto período de tempo. Na safra de 2010/2011 grandes empresas estrangeiras foram responsáveis pela maior parte da moagem da cana. Isso evidencia a corrida mundial por terras para a produção.

É relevante destacar que com esse aumento do interesse estrangeiro na aquisição de terras, sobretudo para a produção de cana-de-açúcar, desencadeia-se o interesse no mercado de terras. Um exemplo são empresas transnacionais como Radar, BrasilAgro²⁸, SLC Agrícola²⁹ e Vanguarda Agro³⁰, que possuem setores destinados apenas para a compra, melhoramento e posterior venda de terras. Em 2014, o jornal O Estado de São Paulo³¹ publicou uma reportagem afirmando que o valor da terra elevou cerca de 300% em 10 anos, segundo a reportagem, a alta dos preços das *commodities* agrícolas influenciou no aumento do preço da terra. Destacamos que essa nova fase da corrida mundial de terras - estrangeirização da terra - influenciou diretamente neste aumento de preço. Para o mercado de terras Polanyi (1980) destaca o crucial papel do Estado, pois segundo o autor, a terra é uma mercadoria fictícia, logo, é um mercado que jamais será auto regulável.

É relevante destacar que há iniciativas recentes para barrar a estrangeirização de terras, como o exemplo do Parecer LA 01 da Advocacia Geral da União (AGU), que coloca novamente a Lei 5.709, de 1971 em rigor, regulamentando a aquisição de terras por estrangeiros. Tal iniciativa foi bastante criticada e em maio de 2015, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) entrou com pedido de revogação do Parecer, alegando este barra o crescimento econômico do Brasil.

Diante do quadro apresentado percebemos a importância que o capital estrangeiro exerce no setor sucroalcooleiro, sobretudo a partir de 2008, que é quando o controle sobre a terra, recursos genéticos e energéticos adquiriam maior centralidade nas disputas Geopolíticas. Assim, expande territorialmente o agronegócio, intensifica a exploração do trabalho e violência contra camponeses, indígenas e quilombolas, que são expulsos de suas terras pelo agronegócio.

²⁸ Disponível em: <<http://www.brasil-agro.com/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

²⁹ Disponível em: <www.slcagricola.com.br>. Acesso em: 07 set. 2015.

³⁰ Disponível em: <www.v-agro.com.br>. Acesso em: 07 set. 2015.

³¹ Reportagem intitulada "Valor de terras sobe 300% em 10 anos", publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, no dia 19 set. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,valor-de-terras-sobe-300-em-10-anos-imp-,1562615>>. Acesso em: 05 set. 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crise dos primeiros anos do século XXI, observou-se uma demanda por novas áreas cultiváveis e uma corrida mundial por terras. Dentre os elementos que contribuíram para esta nova fase da estrangeirização temos: receio de uma futura crise alimentar, devido ao crescimento da população; interesse na produção de agrocombustíveis e agroenergia, devido ao receio de uma crise energética devido a escassez do petróleo e instabilidade política na relação com os países produtores deste recurso; crise recente das economias centrais, na qual volta-se a atenção para os países do sul e; centralização do capital no setor sucroalcooleiro. Assim, observamos um *novo imperialismo* (HARVEY, 2005), uma vez que há presença de práticas imperialistas entre países, no entanto, agora modificadas de acordo com as necessidades impostas pelo movimento da realidade. Como expresse, há uma demanda e necessidade de pensar a Geopolítica, não se baseando, apenas, em clássicos sobre o referido tema, mas trazendo para a análise novas visões, autores, elementos e contextos.

Em relação à compra e venda de terras por estrangeiros no Brasil, observamos que essa prática é mais antiga do que é colocado atualmente. Há uma preocupação Geopolítica desde o final da década de 1960, com a publicação do Relatório Velloso, em 1968, que resultou no decreto da Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971.

São Paulo é a unidade federativa que mais foi impactada com a territorialização recente da cana-de-açúcar. Na safra de 2003/2004 a área total cultivada de cana-de-açúcar no estado de São Paulo foi de 3.002.676 hectares. Já na safra de 2015/2016 a área total cultivada de 4.678.700 de hectares - metade de toda produção do país - e produção de 350.645.200 toneladas, seguido pelo estado de Goiás, com 908.000 hectares destinados ao cultivo de cana-de-açúcar com produção de 71.326.700 toneladas produzidas. Este número expressa a expansão da cana no estado de São Paulo. Muitas outras culturas foram desterritorializadas para a territorialização do setor sucroalcooleiro. Um exemplo de agricultura em larga escala é a *commodity* de laranja, que historicamente tem forte expressão na região central do estado de São Paulo, com a presença da Cutrale. No caso também, há muitas pequenas produções desterritorializadas, como de soja, mandioca e pastagens. Há muitos pequenos proprietários de terra sofreram em consequência da cultura canavieira.

No ano de 2015 um discurso de crise premeia o setor sucroalcooleiro no Brasil. Houve uma redução na produção de cana e muitas usinas fecharam, decretaram falência e

venderam suas plantas agroprocessadoras para outros grupos, sobretudo estrangeiros. Tal crise tem efeitos diretos na economia brasileira, milhares de trabalhadores foram demitidos e empresas do setor não pagaram os financiamentos do governo federal. A partir desta crise, muitas corporações passaram a incorporar estas usinas falidas a seus grupos. Destacamos que é justamente nos períodos de crise que eleva-se o interesse na aquisição de terras, para posterior produção. A tendência é que o setor sucroalcooleiro se tornará cada vez mais desnacionalizado, oligopolizado e concentrador de renda e de terra.

REFERÊNCIAS

- AKRAM-LODHI, Harron. *Contextualising land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence and the world food system*. **Canadian Journal of Development Studies**, n. 33, v. 2, p. 119-142, feb. 2012.
- BORRAS, Saturnino Jun; FRANCO, Jennifer. ***Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance***. ICAS Working Paper Series, 2010.
- BORRAS, Saturnino Jun; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. ***Competing political tendencies in global governance of land grabbing***. The Hague: Agrarian Justice Programme, 2012.
- BORRAS, Saturnino Jun; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. *Land Grabbing and global capitalist accumulation: Key features in Latin America*. **Canadian Journal of Development Studies**, n. 33, v. 4, p. 402-416, dec. 2012.
- BRASIL. Lei 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos.
- CONAB. Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar (Safra 2015/2016). **Companhia Nacional de Abastecimento**, v. 2, n. 3, dez. 2015.
- CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Presidente Prudente, 2012. 271f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Presidente Prudente: NERA, 2016.
- DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. ***Agribusiness: a concept***. Boston: *Havard University*, 1957.
- DEININGER, Klaus. *Challenges posed by new wave of farmland investment*. **The Journal of Peasant Studies**, v. 30, n. 2 p. 217-247, 2011.
- FAO. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. Roma: FAO. 2011.

FEODOROFF, Timothé. *Quelques clés de lecture pour comprendre et analyser l'accaparement des terres. Revue Possibles*, p. 12-22, 2013.

FERDANDES, Bernardo Mançano. *Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Caderno de Conflitos no Campo de 2010*, Comissão Pastoral da Terra: Goiânia, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. *Land Governance in Brazil: a geo-historical review of land governance in Brazil. Roma :International Land Coalition*, 2012, 61 p.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Território, Poder e Biocombustíveis**: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos. São Paulo, 2013. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del territorio Paraguayo. Asunción: BASE Investigaciones Sociales*, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio acanvieiro em Teodoro Sampaio - SP**. Presidente Prudente, 2011. 160f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco Graziano. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LANDMATRIX. Disponível em: <<http://www.landmatrix.org/en/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano. **Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: <http://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

PELUSO, Nancy Lee & LUND, Christian. *New frontiers of land control: introduction. The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 4, p. 667-681, dez. 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil**: um estudo de caso da empresa Umoe *Bioenergy* no município de Sandovalina (SP). Presidente Prudente, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SASSEN, Saskia. *Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 25-46, fev. 2013.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, Nivaldo. Valor de terras sobe 300% em 10 anos. **Jornal O Estado de S. Paulo**. Caderno de Economia, 19 set. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,valor-de-terras-sobe-300-em-10-anos-imp-1562615>>. Acesso em: 05 set. 2015.

TERÁN, Juan Fernando. *La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina*. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 339-364.

TERCIOTE, Ricardo. Impactos econômicos da implementação das novas usinas de cana-de-açúcar. **VI Encontro de Energia no Meio Rural**, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022006000200004>. Acesso em: 15 abr. 2014.

Recebido em: 30/03/2016

Aceito para publicação em: 07/05/2017